

Bioenergética São Martinho Ltda.

(anteriormente denominada Bioenergética São
Martinho S.A.)

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026 e relatório
de revisão



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores da
Bioenergética São Martinho Ltda. (anteriormente denominada Bioenergética São Martinho S.A.)
Pradópolis – SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Bioenergética São Martinho Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras da Bioenergética São Martinho Ltda. não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 01 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa (Método indireto)	6
1 Contexto operacional	7
2 Resumo das políticas contábeis materiais	8
3 Principais usos de estimativas e julgamentos	12
4 Gestão de risco financeiro	13
5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13
6 Contas a receber	14
7 Imobilizado	14
8 Saldos e transações com partes relacionadas	14
9 Imposto de renda e contribuição social	15
10 Patrimônio líquido	16
11 Compromissos	17
12 Receitas	18
13 Custo e despesas por natureza	18
14 Resultado financeiro	19
15 Cobertura de seguros	19

Balanço Patrimonial
Em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2026	2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2026	2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	2	Fornecedores	8	896	1.122
Aplicações financeiras	5	21.420	16.937	Salários e contribuições sociais		137	157
Contas a receber	6	5.296	4.678	Tributos a recolher		198	183
Tributos a recuperar		9	9	Imposto de renda e contribuição social	9	574	417
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		26.726	21.626	Outros passivos		310	309
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.115	2.188
Imobilizado	7	15.884	16.703	TOTAL DO PASSIVO		2.115	2.188
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.884	16.703				
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		25.243	25.243
				Reservas de lucros		15.252	10.898
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.495	36.141
TOTAL DO ATIVO		42.610	38.329	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.610	38.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2026	2025
Receitas	12	48.716	44.776
Custo dos produtos vendidos	13	(19.958)	(24.949)
Lucro Bruto		28.758	19.827
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	(919)	(686)
Despesas gerais e administrativas	13	(163)	(137)
Lucro operacional		27.676	19.004
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		3.163	2.640
		3.163	2.640
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.839	21.644
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(2.612)	(2.305)
Lucro líquido do exercício		28.227	19.339

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	28.227	19.339
Resultado abrangente do exercício	28.227	19.339

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de março de 2024		25.243	4.559	6.340	-	36.142
Dividendos adicionais pagos		-	-	(6.340)	-	(6.340)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.339	19.339
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal		-	490	-	(490)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos		-	-	-	(4.712)	(4.712)
Antecipação de dividendos		-	-	-	(8.288)	(8.288)
Lucros à disposição da assembleia		-	-	5.849	(5.849)	-
Em 31 de março de 2025		25.243	5.049	5.849	-	36.141
Transferência entre reservas			(5.049)	5.049		
Dividendos adicionais pagos		-	-	(10.898)	-	(10.898)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.227	28.227
Destinação do lucro:						
Antecipação de dividendos		-	-	-	(12.975)	(12.975)
Constituição de reservas de lucros		-	-	15.252	(15.252)	-
Em 31 de março de 2026		25.243	-	15.252	-	40.495

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa (Método indireto)
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		28.227	19.339
Ajustes			
Depreciação do ativo imobilizado	7	1.174	1.133
Juros e variações monetárias líquidas	14	(3.163)	(2.640)
Imposto de renda e contribuição social	9	2.612	2.305
		28.850	20.137
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(618)	(4.042)
Tributos a recuperar		13	26
Fornecedores		(226)	855
Salários e contribuições sociais		(20)	39
Tributos a recolher		(541)	(387)
Outros passivos		-	247
Caixa proveniente das atividades operacionais		27.458	16.875
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.897)	(1.700)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		25.561	15.175
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições de recursos no imobilizado	7	(355)	(341)
Investimentos (resgates) em aplicações financeiras		(1.334)	4.506
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos		(1.689)	4.165
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	10	(23.873)	(19.340)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(23.873)	(19.340)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1	2
<u>Informações adicionais</u>			
Saldos em aplicações financeiras	5	21.420	16.937
Total de recursos disponíveis	5	21.421	16.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A Bioenergética São Martinho Ltda., anteriormente denominada Bioenergética São Martinho S.A. ("Empresa") está sediada em Pradópolis, Estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a cogeração e comercialização de energia elétrica a partir de derivados da cana-de-açúcar e estudar, projetar e executar planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia.

A Empresa é subsidiária integral da São Martinho S.A. ("SM").

A Empresa deliberou em 29 de setembro de 2025, em assembleia de acionistas, a transformação de seu tipo societário, passando de Sociedade Anônima (S.A.) para Sociedade Limitada Unipessoal nos termos do art. 220 da lei nº 6.404/76.

Em decorrência dessa transformação, a entidade deixou de se submeter integralmente ao regime jurídico das sociedades por ações, passando a observar as normas aplicáveis às sociedades limitadas, previstas no Código Civil. Como consequência, foram realizados ajustes contábeis para adequação ao novo tipo societário, incluindo a reversão da Reserva Legal, cujo saldo foi transferido para Lucros Acumulados.

No decorrer de suas atividades, a assume compromissos de fornecimentos de energia, conforme detalhado na nota explicativa 11.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2026 foi aprovada pela Administração da Empresa em 01 de junho de 2026.

Conflito Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Empresa. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da empresa.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Empresa, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente podendo afetar as receitas.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Empresa, a partir de 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:
 - i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Empresa está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem ou não com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações financeiras que não possuem cláusulas restritivas de movimentação são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de edifícios e dependências e máquinas e equipamentos industriais, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*). Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2026 e 2025, conforme facultado pela legislação fiscal, a Empresa optou por apurar os tributos correntes pelo regime de "Lucro presumido".

O imposto de renda e a contribuição social da Empresa são calculados com base em um regime chamado lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo dos impostos é definida aplicando-se certos percentuais sobre a receita bruta da empresa, ou seja, sobre o total das vendas e serviços antes de descontar os custos e despesas.

Para as vendas de produtos (excluindo devoluções), utilizam-se os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição

social. Já para receitas com prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% para ambos os tributos. Sobre as receitas financeiras não há presunção, ou seja, é tributado o total das receitas financeiras auferidas no período. Sobre a base total calculada, são aplicadas as alíquotas de 15% e o adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, resultando no valor final a ser pago.

Em observância às disposições introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, a Empresa considera, na determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL pelo lucro presumido, o aumento dos percentuais de presunção estabelecido para pessoas jurídicas cuja receita bruta anual exceda R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), mantidas as demais condições para permanência no regime de lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

2.11 Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços e prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

2.12 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

3 Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando a atividade operacional da Empresa, não há estimativas contábeis que representem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4 Gestão de risco financeiro

Pelo fato da Empresa possuir apenas itens do ativo imobilizado em seu ativo e esses itens ser utilizados para cogeração de energia elétrica por meio do vapor adquirido por meio de contrato com a SM. A administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são os riscos de liquidez, de mercado, operacional ou de capital.

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir este custo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2026	2025
Caixa e bancos	1	2
Total de caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (i)	21.420	16.937
Total de aplicações financeiras	21.420	16.937

- (i) Fundos de investimento com rentabilidade média anual 100,8% do CDI (2025 – 102,2% do CDI). Os fundos de investimento exclusivos Sugar Cane I, II e III são fundos de renda fixa crédito privado referenciados DI, geridos pela Bradesco Asset Management, Itaú Unibanco Asset Management e BTG Pactual Asset Management respectivamente e administrados pelo Banco Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual Serviços Financeiros respectivamente. Estes fundos foram constituídos com o propósito exclusivo de participação da Empresa. As demais obrigações relacionadas ao fundo são principalmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem as marcações diárias nas posições dos fundos e os ativos possuem liquidez em mercado secundário, sendo o valor da cota composto por: títulos públicos em 56% (2025 - 64%), letras financeiras em 29% (2025 - 19%) e demais títulos privados em 15% (2025 - 17%).

6 Contas a receber

O saldo em aberto no contas a receber refere-se à venda de energia elétrica com vencimento em até 12 meses. A Empresa não tem perdas esperadas sobre o saldo em aberto e consequentemente não tem constituído perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

A análise de vencimentos das contas a receber nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 e 2025 está apresentada a seguir:

	2026	2025
A vencer:		
em até 30 dias	5.296	4.678
	<u>5.296</u>	<u>4.678</u>

7 Imobilizado

	Equipamentos e instalações Industriais	Total
Saldos em 31 de março 2024	17.495	17.495
Aquisição	341	341
Depreciação	(1.133)	(1.133)
Saldos em 31 de março 2025	16.703	16.703
Custo total	27.026	27.026
Depreciação acumulada	(10.323)	(10.323)
Valor residual	16.703	16.703
Aquisição	355	355
Depreciação	(1.174)	(1.174)
Saldos em 31 de março 2026	15.884	15.884
Custo total	27.457	27.457
Depreciação acumulada	(11.573)	(11.573)
Valor residual	15.884	15.884
Taxas médias de depreciação	4,3%	

8 Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos

Do saldo de R\$ 896 (em 31 de março de 2025 R\$ 1.122) registrado na rubrica de fornecedores, R\$ 733 (em 31 de março de 2025 R\$ 1.006) refere-se ao saldo do contas a pagar para a São Martinho S.A. relacionado a compra de vapor e ao rateio de serviços compartilhados.

b) Transações no exercício

	2026	2025
Compra de vapor (i)	(6.606)	(8.492)
Rateio de serviços compartilhados (i)	(144)	(116)

- (i) As transações referem-se a compra e venda de vapor industrializado e rateio de serviços compartilhados com a São Martinho S.A. em condições pactuadas entre as partes.

As transações com partes relacionadas estão suportadas por contratos e em condições estabelecidas entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores

A alta administração do Grupo São Martinho atua em nível corporativo e sua remuneração não gerou despesas para a Empresa.

9 Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício das demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 e 2025, a Empresa optou pela tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido.

	2026	2025
No passivo circulante - A pagar		
Imposto de renda	394	263
Contribuição social	180	154
	<u>574</u>	<u>417</u>

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está apresentada abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2026		2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Venda de energia elétrica	50.561	50.561	46.473	46.473
Presunção	8%	12%	8%	12%
	4.045	6.067	3.718	5.577
Rendimentos de aplicações financeiras	3.163	3.163	2.640	2.640
Base tributação	7.208	9.230	6.358	8.217
Alíquota tributo	25%	9%	25%	9%
	(1.802)	(831)	(1.590)	(740)
Efeito do adicional do IRPJ	21	-	25	-
	(1.781)	(831)	(1.565)	(740)
Total IRPJ e CSLL	(2.612)		(2.305)	
IRPJ e CSLL correntes	<u>(2.612)</u>		<u>(2.305)</u>	
	<u>(2.612)</u>		<u>(2.305)</u>	

10 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em de 31 de março de 2026 e 2025, o capital social é de R\$ 25.243, representado por 25.243.000 ações ordinárias nominativas, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

A reserva legal foi constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

No exercício findo em 31 de março de 2026, em decorrência da transformação societária para Sociedade Limitada Unipessoal, a Empresa deixou de se submeter à obrigatoriedade de constituição de reserva legal, aplicável às sociedades por ações, transferindo assim o montante de R\$ 5.049 provenientes da reserva legal para a reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

Para o exercício findo em 31 de março de 2026, a Empresa passou a ser constituída sob a forma de Sociedade Limitada Unipessoal, não estando, portanto, sujeita à apuração e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

No exercício findo em 31 de março de 2025, foi assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	28.227	19.339
Constituição de reserva legal -5%	-	(490)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	28.227	18.849
Alíquota de dividendos mínimos obrigatórios	0%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	(4.712)
Dividendos adicionais pagos	(12.975)	(8.288)
Total de dividendos antecipados	<u>(12.975)</u>	<u>(13.000)</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a Empresa aprovou o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.849 (em 31 de março de 2025 R\$ 6.340) referente ao encerramento do exercício de 31 de março de 2025.

Em Assembleia Geral extraordinária foi aprovado o pagamento de lucros no valor de R\$ 18.024, sendo R\$ 5.049 provenientes da reserva de lucros de exercícios anteriores e R\$ 12.975 relativos à antecipação de lucros do exercício social em curso (em 31 de março de 2025 R\$ 8.288).

11 Compromissos

A Empresa estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Atualmente, o compromisso que merece destaque na presente demonstração financeira é:

Comercialização de energia

A Empresa assinou um contrato de fornecimento de energia elétrica com a CPFL Comercialização Brasil S/A no montante 127.896 MW/ano, ao preço de R\$ 274,58 p/ MWh (2025 – R\$ 269,03 p/ MWh) pelo prazo de 20 anos a contar a partir de janeiro de 2014. O faturamento é realizado de abril a dezembro de cada ano. Referido contrato determina que o fornecimento pode ser realizado pela Empresa ou pela sua controladora SM.

Adicionalmente, o excedente de energia elétrica que ultrapassar o contrato de fornecimento, é comercializado no mercado livre.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Receitas

	2026	2025
Receita bruta de vendas	50.561	46.473
Impostos e deduções sobre vendas	(1.845)	(1.697)
	<u>48.716</u>	<u>44.776</u>

13 Custo e despesas por natureza

	2026	2025
Energia para revenda (i)	(10.696)	(15.821)
Insumos	(6.607)	(7.627)
Depreciação	(1.174)	(1.133)
Despesas com pessoal	(796)	(682)
Taxa de comercialização de energia	(850)	(618)
Rateio de serviços compartilhados (nota 8)	(144)	(116)
Serviços de terceiros	(83)	(87)
Peças e serviços de manutenção	(92)	(56)
Outras receitas e despesas	(598)	368
	<u>(21.040)</u>	<u>(25.772)</u>
<u>Classificadas como:</u>		
Custo dos produtos vendidos	(19.958)	(24.949)
Despesas com vendas	(919)	(686)
Despesas gerais e administrativas	(163)	(137)
	<u>(21.040)</u>	<u>(25.772)</u>

- (i) O valor de energia elétrica para revenda corresponde ao valor dispendido pela Empresa para aquisição no mercado para atendimento de demandas no exercício.

14 Resultado financeiro

	2026	2025
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	3.149	2.636
Outras receitas financeiras	14	4
	<u>3.163</u>	<u>2.640</u>
Resultado financeiro	<u>3.163</u>	<u>2.640</u>

15 Cobertura de seguros

A Empresa tem sua planta industrial dentro da área de sua controladora São Martinho S.A., e é contemplada por sua apólice de seguros.

* * *